

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROFESSOR ENQUANTO GESTOR FRENTE AOS PROCESSOS DE INCLUSÃO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

*INCLUSIVE EDUCATION: THE TEACHER AS A MANAGER FACING INCLUSION PROCESSES
IN THE EDUCATIONAL FRAMEWORK*

Alessandra Pedroso Carvalho

Instituto Federal Farroupilha, Júlio de Castilhos, RS, Brasil. E-mail: alessandra28carvalho@gmail.com

Lucinara Bastiani Corrêa

Instituto Federal Farroupilha, Júlio de Castilhos, RS, Brasil. E-mail: lucinara.correa@iffarroupilha.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v3i2.80>

Recebido em: 04.01.2022

Aceito em: 28.01.2022

Resumo: A Educação Inclusiva é uma das temáticas que desencadeia uma série de reflexões e inquietações por pesquisadores da área educacional. Um tema complexo, que ainda gera dúvidas àqueles que vivenciam tal realidade, nas relações de convívio social (escola) e familiar. Para tanto causa uma inquietação para estudantes de curso de pós-graduação em Gestão Escolar IFFAR-JC, uma vez que esses profissionais futuramente encontrarão os desafios da inclusão e desta forma como proceder frente aos acontecimentos partindo do que se apresenta em cada realidade escolar. O objetivo deste trabalho é buscar conhecimentos a respeito da Educação Inclusiva, da realidade na prática de profissionais que se encontram na linha de frente aos processos de ensino e aprendizagem para o público-alvo da Educação Especial. A metodologia utilizada na realização do trabalho foi o Estudo de Caso, entrelaçado com a revisão bibliográfica, partindo da visão de alguns autores sobre o tema em questão e a aplicação de um questionário mostrando os reflexos e o que se apresenta no campo educacional, perante as práticas executadas em sala de aula comum. Considera-se que hoje esses sujeitos vêm ganhando mais espaços, as escolas de hoje estão abertas a uma nova realidade, em que alunos que apresentam necessidades educativas especiais são cada vez mais frequente no ensino regular e no convívio em sociedade. Buscar as concepções do que trata a Educação Inclusiva, sobretudo a Educação Especial as reais necessidades apontadas por profissionais da educação é um dos primeiros passos para entender quais são os anseios, para assim superar os possíveis desafios enfrentados no sistema e na sociedade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Professor-Gestor. Processos de inclusão.

Abstract: Inclusive Education is one of the themes that triggers a series of reflections and concerns by researchers in the educational field. A complex issue, which still raises doubts for those who experience this reality, in social (school) and family relationships. Therefore, it causes a concern for postgraduate students in School Management IFFAR-JC, as these professionals



will in the future face the challenges of inclusion and, therefore, how to proceed in the face of events based on what is presented in each school reality. The objective of this work is to seek knowledge about what Inclusive Education is all about, the reality in the practice of professionals who are at the forefront of teaching and learning processes for the target audience of Special Education. The methodology of the work was based on a bibliographical review, based on the view of some authors on the topic in question and the application of a questionnaire showing the consequences and what is presented in the educational field, considering the practices carried out in the common classroom. It is considered that today these subjects are gaining more space, schools today are open to a new reality, in which students with special educational needs are increasingly frequent in regular education and in society. Seeking conceptions of what Inclusive Education is about, especially Special Education and the real needs pointed out by education professionals is one of the first steps to understand what the concerns are, in order to overcome the possible challenges faced in the system and in society.

Keywords: Inclusive education. Teacher-Manager. Inclusion processes.

1 Introdução

As instituições escolares estão organizadas de acordo com as políticas de educação, que têm como base as legislações governamentais, além da própria política interna de cada escola. Nesse sentido, cada instituição tem em seu aspecto sua particularidade, um perfil que vai demandar em função das particularidades externas e internas do público inserido no ambiente escolar. Desse modo, cada instituição constitui-se de um Projeto Político Pedagógico (PPP), em que constam suas características, concepções de educação e o que pretende alcançar ao longo de todo o processo educativo.

Nesse sentido, a gestão educacional tem em seu aspecto um diferencial peculiar que engloba sentidos que partem, desde a competência técnica de atuação à forma mais sublime de conduzir sua prática em sala de aula. Segundo Libâneo (2015, p. 36) “[...] a docência não estará reduzida a uma atividade técnica, mas também intelectual baseada na compreensão da prática e na transformação dessa prática”. O que caracteriza a associação entre a formação técnica competente da área, com a pedagogia abordada de cada professor em sala de aula.

Nesse contexto, os processos de gestão escolar e ou/educacional tem como característica específica seus aperfeiçoamentos, no que diz respeito a cada realidade escolar instituída naquele espaço. Possui uma abertura de adequações, mudanças, aprimoramentos na busca da melhoria nos/dos processos educativos, em que o professor aprende e analisa as situações e assim vai buscando e conduzindo o processo para melhor fazer e atender aos seus alunos. Libâneo (2015, p. 32) enfatiza que “a escola é vista como um espaço educativo, uma comunidade de aprendizagem construída pelos seus componentes, um lugar que seus profissionais podem decidir sobre seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão”, ou seja, espaço de construção de conhecimento e aprendizagem para todos.

As instituições escolares ofertam diversas modalidades de ensino, entre elas está a Educação Inclusiva. Para tanto, as políticas da Educação Inclusiva vieram a partir de uma política de natureza educacional, trazendo em sua concepção, em linhas gerais, um projeto de educação que

atenda a todas as pessoas, sobretudo, pessoas que são consideradas público-alvo da Educação Especial e que necessitam de um sistema educacional acessível, que promova a aprendizagem, o que constitui como um direito garantido a todos.

A Política Nacional de Educação Especial - PNEE (2008) traz em sua abordagem as concepções do que seria uma Educação Especial e de outro lado o que seria uma Educação Inclusiva. Segundo a Política Nacional de Educação Especial, a Educação Especial (2008, p. 05) tem como entendimento de Educação Inclusiva: “(...) uma ação política, cultural, social, e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.” Sendo assim, a Educação Especial, segundo a PNEE (2008), se caracteriza como uma modalidade de educação para aqueles que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A PNEE (2008) enfatiza que, entre os anos de 1998 e 2006, houve o aumento considerável de alunos público-alvo da Educação Especial matriculados nas instituições de ensino regular, o que é um fator muito positivo do ponto de vista social, contextualizando um avanço concretizado, considerando o que é de direito do ponto de vista legislativo.

No entanto, isso nos permite pensar e analisar sob uma ótica reflexiva acerca de como encontram-se as instituições, a preocupação em relação aos processos e avanços no que diz respeito a aprendizagem desses alunos público-alvo da Educação Especial. O que não deixa de ser uma preocupação pertinente a todas as pessoas, não só os que fazem parte da educação, mas da família e de toda uma sociedade que acredita em uma concepção política social a favor da não discriminação em todos os sentidos.

É com base nesse contexto que serão feitos os desdobramentos acerca da Educação Inclusiva e da Educação Especial, as práticas pedagógicas executadas na rede regular de ensino, da experiência vivenciada por profissionais da educação, sua formação e percepção em relação aos processos desempenhados na realidade atual da instituição escolar. A análise desse aspecto objetiva buscar conhecimentos a respeito da Educação Inclusiva, da realidade na prática de profissionais que se encontram na linha de frente aos processos de ensino e aprendizagem para o público-alvo da Educação Especial.

2 As políticas legislativas que amparam a Educação Especial

Iniciar uma abordagem acerca da Educação Inclusiva e da Educação Especial é discorrer de toda uma trajetória que veio a movimentar e a concretizar formas e garantias de acesso a pessoas público-alvo da Educação Especial aos sistemas educacionais. Dessa forma, permite-se pontuar algumas políticas legislativas que foram importantes para que a Educação Inclusiva e a Educação Especial fossem consolidadas. Nesse contexto é possível ter como abertura a Constituição Federal (CF de 1988) que se configura como a lei maior do Estado federativo brasileiro em que traz em seu Artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, a partir dessa expressão é possível interpretar que a forma como somos e vivemos nos dão a plena garantia de sermos únicos e assim sermos respeitados pelo nosso modo de ser. Essa colocação veio a dar base e sustentabilidade a tantas outras políticas voltadas às pessoas que de alguma forma eram consideradas “excluídas” na sociedade.

A partir dos contextos legislativos, e das convenções estudadas e pensadas acerca da Educação Inclusiva e da Educação Especial, a Declaração de Salamanca de 1994 pode-se dizer que foi uma das pioneiras, o alicerce, um marco fundamental e fortalecedor para o reconhecimento das políticas de inclusão. Segundo Cardoso (2006, p. 21-22):

A declaração de Salamanca e a política em Educação Especial culminou em um documento das Nações Unidas, intitulado “Regra Padrões sobre Equalização de oportunidades para Pessoas com Deficiências” o qual demanda que os Estados e membros assegurem que a educação de pessoas com NEE seja parte integrante do sistema educacional, reafirmando o compromisso para com a Educação para Todos. Ao reconhecerem a necessidade e a urgência para providenciar uma educação para as crianças, jovens e adultos, com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) dentro do sistema regular de ensino.

Dessa forma, as diretrizes que regem a Educação, passaram a se aperfeiçoar deixando de ser exclusivas, sendo uma educação voltada para todas as pessoas que buscam por uma educação de qualidade. Diversas demandas foram feitas, por meio de leis, decretos, emendas, dando um olhar focado à questão específica em torno da Educação Especial. Nesse contexto, é possível elencar algumas dessas demandas legislativas que foram efetivas para que a Educação Inclusiva fosse concretizada em meio à sociedade e principalmente no âmbito escolar.

Na concepção de Educação Especial para pessoas com deficiências, de acordo com o decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, precisamente em seu artigo 3º, no inciso I, considera-se que: “deficiência- toda perda ou anormalidade de uma estrutura, ou função psicológica, fisiológica, ou anatômica, que gere incapacidade, para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal, para o ser humano”. Ou seja, toda pessoa que enfrenta limitações ou dificuldades em determinadas situações de acordo com a condição individual, seja ela física, cognitiva ou psicológica. O Decreto 3298/1999 cita o enquadramento em seu artigo 4º as deficiências:

I - Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmento do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, triplegia, hemiplegia, (...) amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo com deformidade congênita ou adquirida (...)

II - Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (db) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500 HZ, 1.000 HZ, 2.000 HZ, 3.000 HZ.

III - Deficiência visual: cegueira na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, (...), baixa visão (...)

IV - Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, antes dos dezoito, e limitações a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas (comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização de recursos da comunidade, saúde e segurança (...)

V - Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

Com base no referido artigo acima, essas são as características que definem a deficiência, ou seja, podemos perceber que tais definições carregam em si uma concepção clínica de deficiência, ao mesmo tempo que indica, até então, o “problema” centrado no indivíduo que o apresenta.

A Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com deficiência 13.146/2015 – LBI, traz em seu

artigo 2º, outra concepção de pessoa com deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, com interação de uma ou mais barreiras pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

* a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multifuncional e interdisciplinar e considerará:

I- os impedimentos das funções e nas estruturas do corpo;

II- os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais,

III- a limitação no desempenho de atividades;

IV- a restrição de participação

Dessa forma, pode-se perceber um conceito social da deficiência, ou seja, que o olhar para as características das pessoas com deficiências passa a contemplar aspectos gerais de acordo com barreiras que promovem dificuldades para que essas pessoas tenham uma vida plena e digna de convívio. Para tanto, as instituições começam a se preocupar em como agir, aprimorar para melhor atender esse público garantindo o que é de direito ao cidadão. A resolução CNE/ CEB nº 02/ 2001, de 11 de setembro de 2001 institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, dessa forma destaca-se o Artigo 3º:

Por Educação Especial, modalidade de educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar e em, alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar, e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Com isso pode-se perceber a importância da Educação Especial para a efetivação da Educação Inclusiva, o que torna importante entendermos de que maneira esse profissional se faz presente nas escolas. O decreto sob o nº 6.571 de 17 de setembro de 2008 dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE, e traz como concepção no seu artigo I, inciso I do que seria esse apoio estabelecido nas instituições:

Considera-se atendimento educacional especializado conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

Também nesse mesmo decreto são expedidos os objetivos do AEE, que estão abordados no artigo 2º:

Art.2º: São objetivos do atendimento educacional especializado:

I- Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referido no artigo;

II- garantir a transversalidade das ações da Educação Especial no ensino regular;

III- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem barreiras no processo de ensino e aprendizagem;

IV- assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Retomando a Política Nacional de Educação Inclusiva (2008), percebe-se que ela **dá ênfase** e reforça questões que tratam de uma educação equitativa, associada as outras tantas legislações acerca da Educação Inclusiva que assegure qualidade e condições iguais no ensino para todos, sem que a prática ou competência profissional seja restruturada, mas organizada de uma forma que seja adequada e eficiente à necessidade de cada aluno. Desse modo, é possível deliberar que os contextos e as mais diversas legislações implementadas, acerca da Educação Inclusiva e da Educação Especial, em linhas gerais, as políticas públicas têm sido pensada de forma eficaz para que pessoas com necessidades educativas especiais, ou pessoas com deficiências, passem a ter seus direitos garantidos de modo a frequentar os mais diversos espaços da sociedade, entre esses espaços a escola.

3 Metodologia

Este trabalho tem intuito de buscar conhecimentos à respeito da Educação Inclusiva, da realidade na prática de profissionais que encontram-se na linha de frente aos processos de ensino e aprendizagem para o público-alvo da Educação Especial, entendendo um pouco das práticas pedagógicas desempenhadas por profissionais da rede pública de ensino, frente aos processos educativos de estudantes em situação de inclusão. A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como Estudo de Caso (YIN, 2002; CLEMENTE JR, 2012), tendo em vista que se busca entender o fenômeno da inclusão em uma escola específica, inserida em contexto determinado. Como recurso de produção de dados foi utilizada a aplicação de questionário aos professores atuantes do 1º ao 9º ano, em uma escola municipal de Ensino Fundamental, localizada na cidade de Tupanciretã- Rio Grande do Sul. O questionário apresentava perguntas fechadas acerca das relações interpessoais, da formação de professores, das práticas executadas para alunos público-alvo da Educação Especial.

O período da aplicação ocorreu entre a data de 28 de setembro de 2020 até dia 31 de outubro de 2020, totalizando em torno de 32 dias para que os docentes pudessem responder as questões abordadas. Para tanto, o envelope com o questionário, encontrava-se lacrado e foi entregue à direção da Escola, onde a responsável, ou seja, diretora em exercício entregou a cada docente o questionário. Importante enfatizar que neste período a escola selecionada para pesquisa, encontrava-se em aula remota devido a pandemia do Coronavírus. Entretanto, foram disponibilizadas vinte perguntas abordando os temas supracitados, de forma individualizada, para quatorze docentes. Porém, obtivemos retorno de apenas oito colaboradores, em que puderam expor seus relatos, suas experiências em sala de aula sobre o contexto de inclusão.

Com relação ao estudo dos dados produzidos, foi utilizada a Análise de Conteúdo. Segundo Franco (2005, p. 6), a Análise de Conteúdo configura-se a partir de uma: “mensagem, seja ela verbal (oral e escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Para Minayo (2007, p. 2), em sua concepção a análise de conteúdo “diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos”.

A partir da análise dos dados foi possível estabelecer as categorias que serão discutidas ao longo do texto, que são: Formação Inicial e Continuada; A composição e a qualificação frente aos processos da política de Inclusão; As dinâmicas e as relações na Escola frente aos desafios da

Inclusão; Percepção e Práxis Pedagógicas frente à Inclusão e aos alunos público-alvo da Educação Especial.

Importante ressaltar que para preservar a identidade dos docentes (colaboradores) serão utilizados os seguintes pseudônimos: Colaborador: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, visando resguardar o sigilo e confidencialidade das pessoas envolvidas, conforme assinado no Termo de realização de Pesquisa: Consentimento e Compromisso.

4 Formação inicial e continuada: a composição e qualificação frente aos processos da política de inclusão

A Educação Inclusiva em sua concepção, de maneira geral, é uma política voltada para pessoas que necessitam de recursos acessíveis e adequados devido a suas especificidades nos processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a Educação Especial por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) promove o processo de inclusão das pessoas com deficiência, o acesso e a oportunidade de conviver e estudar em escolas das redes públicas e privadas, de forma igualitária. A lei 9394/1996 LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) ampara estes direitos constituídos, no Artigo 58 diz que:

Entende-se por Educação Especial para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Com as novas políticas implementadas, pode-se destacar a Educação Especial como um avanço que veio para mostrar que a escola é lugar de todos. Sendo assim, seus membros (a equipe) devem estar prontos e preparados para atender de maneira justa e eficiente as pessoas público-alvo da Educação Especial. A legislação 9394/1996 (LDBEN) aponta em seu artigo 59 precisamente no inciso III que as escolas devem ter: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior para o atendimento educacional especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

O que se percebeu a partir dos dados produzidos nesta pesquisa, é que a instituição escolar hoje é composta por profissionais com formação específica de sua área e por se tratar de instituições públicas a maioria são profissionais efetivos que vêm atuando a longo tempo, em que a formação está voltada a sua área de atuação, respaldadas com a área pedagógica, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1. Questionário e relatos sobre a percepção docente frente a inclusão

PERGUNTAS E RESPOSTAS			
Você considera que os alunos público-alvo da Educação Especial de alguma forma atrapalham o andamento das atividades em aula?	Você acha que os alunos público-alvo da Educação Especial deveriam ser atendidos em escolas específicas para eles?	Qual a sua experiência com alunos com deficiências em processo de inclusão?	Você é profissional educador concursado, há quanto tempo atua na profissão?

P1. Depende do aluno;	P1. Talvez dependa do que cada aluno precisa;	P1. Trabalho com alunos em uma escola especial	P1. Não contrato 5 anos
P2. A turma valoriza a presença do AEE;	P2. Sim eles deveriam frequentar as escolas específicas e no máximo ir 1 ou 2 vezes na semana para socializar;	P2. Experiência em sala de aula	P2. Sim, há 12 anos
P3. Eu não acho que atrapalhe pois temos uma monitora junto;	P3. Acredito que sim, pois receberiam o trabalho mais correto e específico, não temos preparo;	P3. Já tive vários alunos na educação infantil	P3. Sim, há 20 anos
P4. As vezes sim quando estão agitados;	P4. Acho que seria mais produtivo;	P4. Nenhuma	P4. Sim, há 39 anos
P5. Em parte;	P5. Sim para eles terem a devida atenção;	P5. Somente na escola em que trabalho	P5. Sim, há 27 anos
P6. Eu como professora não consigo dar atenção devida, as turmas possuem muitos alunos e o aluno especial precisa do dobro de atenção;	P6. Eu não acho pois cada um a seu tempo sempre avança;	P6. Quando recebo alunos na série/ano em que atuo	P6. Sim, há 28 anos
P7. Depende muito do diagnóstico, alguns são calmos outros não;	P7. Acho que eles deveriam estar inseridos na escola regular, mas com atendimento turno inverso;	P7. Há 5 anos trabalha com alunos da Educação Especial;	P7. Sim, há 34 anos
P8. Ainda não tenho experiências necessárias para responder;	P8. Acredito que sim, muitos estão isolados em escolas regulares, não estão incluídos de forma correta	P8. Pouca experiência	P8 Não, contrato 3 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A partir disso, pode-se supor que a instituição pública ainda não se encontra de fato preparada, para atender de forma justa aos alunos que são público-alvo da Educação Especial. Nesse sentido, é possível elencar situações da inconsistência da preparação da instituição: poucos recursos pedagógicos para atender a todos, bem como formação específica, conforme indica a legislação que seria formação adequada para atender os alunos público-alvo da Educação Especial. O fato é que a implementação teórica (LEI) no que diz respeito à Educação Inclusiva veio sem dar os suportes necessários para que seja implementada de forma eficiente e prática. É possível retratar que a maioria dos professores obtém sua “formação” nesse quesito, em sala de aula, na prática, perante os desafios do dia a dia, conforme mostrado no Quadro 1.

Nesse caso, são os momentos em sala de aula que vão mostrar e direcionar os melhores caminhos, para assim buscar as melhores formas que atendam os anseios, tanto dos educadores, quanto de seus educandos público da Educação Especial. Dessa forma, a profissão-educador tem seu diferencial, abrange diversos meios em que o professor consegue perceber os momentos formativos. Segundo Placco & Silva (In GORGUEIRA et al, 2009, p. 26), “(...) a formação se dá em diferentes dimensões, não podendo, portanto, ser pensada em uma única direção, quais

as dimensões podem ser consideradas fundamentais?” Para eles essas dimensões abrangem um universo amplo das experiências, que vai desde a formação técnica e específica de cada área formativa até a formação continuada como suporte e fortalecimento para os processos educativos.

O papel de um educador não se resume apenas aos seus conhecimentos específicos, algo sistemático que aborde apenas o que é científico, é uma via de mão dupla, que caminha em duplo sentido, ligando o que é científico das aprendizagens, com que está nas entrelinhas (currículo oculto), reflexivo, instigante, dialético. Nesse contexto, Placco & Silva (In GORGUEIRA, et al, 2009, p. 26), apontam que: “O domínio do conteúdo não se restringe mais ao conhecimento consistente de uma área específica, mas exige que esse conhecer se articule com outros saberes e práticas, criando espaços para uma produção que vai além das fronteiras disciplinares”.

O fato é que professores recém-formados obtêm de experiências muito mais teórica de que prática, em que eles assumem turmas sem ainda saber qual a melhor forma a proceder frente aos processos de ensino e aprendizagem. A qualificação específica dos educadores apenas se torna um ponto inicial para desenvolver um trabalho com eficiência, o que não basta saber apenas dominar os conteúdos relacionados a sua área. Muitos assumem as turmas preocupados em passar o que é de científico das aprendizagens e esquecem que os processos educativos vão muito além do que é típico das aprendizagens, se deparando com uma realidade totalmente diferente das experiências vivenciadas na formação inicial.

Placco & Silva (2009, p. 27) declaram que as dimensões de formação:

[...] abrange diferente ângulos, dentre os quais o conhecimento produzido pelo professor sobre os alunos (sua origem social, suas experiências prévias, seus conhecimentos anteriores, sua capacidade de aprender, sua inserção na sociedade, suas expectativas e necessidades), o conhecimento sobre finalidades e utilização dos procedimentos didáticos (os mais úteis e eficazes para a realização da tarefa didática que deve desempenhar), o conhecimento sobre os aspectos afetivos-emocionais, o conhecimento sobre os objetivos educacionais e seus compromissos como cidadão e profissional.

Nesse contexto, as autoras indicam que a formação em si, estima inúmeras situações que vão muito além do currículo disciplinar, dá-se em um processo de reflexão aos campos educativos que o professor pretende praticar. Conhecer os educandos, partindo da sua realidade, das suas necessidades, de seus anseios, é um dos caminhos para assim encontrar formas que sejam eficazes ao que diz respeito aos processos de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido a formação continuada, é um aspecto importante e necessário, o que induz um refletir acerca das práticas executadas e o que se pretende executar. Na concepção de Placco & Silva (2009, p. 27):

[...] se entende formação continuada como um processo complexo e multideterminado, que ganha materialidade em múltiplos espaços/atividades, não se restringindo a cursos e ou/ treinamentos, e que favorece a apropriação de conhecimentos, estimula a busca de outros saberes e introduz uma fecunda inquietação contínua com o já conhecido, motivando viver a docência em toda a sua imponderabilidade, surpresa, criação e dialético com o novo.

Para tanto, a formação se dará em um processo de alteridade, visionar as situações que se apresentam, as necessidades e as aspirações em todo um processo, para assim superar os desafios e atingir os objetivos de que a escola como um todo espera.

5 Percepção e práxis pedagógicas frente a inclusão aos alunos público-alvo da Educação Especial

A Educação Inclusiva é uma política implementada que garante o acesso de todos que apresentam necessidades educativas especiais na rede regular de ensino. Muitas foram as legislações imposta que vieram a concretizar tais direitos. É possível elencar dando continuidade em alguns pontos da legislação que vieram a dar base e suporte para que de fato, seus direitos fossem garantidos.

Dado como exemplos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069 do Art.3º: “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”. A constituição federal CF/1988, nossa lei maior, de acordo com Souza & Pietro (2007, p. 127), também declara “de modo explícito o direito ao “atendimento educacional especializados dos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208, inciso III)”, junto com outras tantas políticas voltadas para a inclusão, foram sendo meios pelos quais esses direitos fossem garantidos não só nos meios educacionais, mas também no meio social.

Diante de diversas políticas acerca da Educação Inclusiva, tem sido desafiada constantemente para que de fato seja concretizado, através do que a escola propõe, seus objetivos, finalidades de forma que atendam os anseios dos alunos público-alvo da Educação Especial. Dentre um desses desafios está o perfil de professores para atuar de forma significativa no processo de ensino aprendizagem. Sousa & Prieto (2007, p. 130) argumentam que “no documento de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 2001, o conselho nacional de Educação explícita o perfil desejado de formação dos professores”. Para tanto há uma clareza do que seria tal perfil para atuar frente aos processos de inclusão no âmbito da educação. Dessa forma, o artigo 59 da LDBEN Lei 9394/1996 em seu inciso III, ressalta também o perfil dos profissionais para atuar no Especial, para aqueles que se encaixam nessa modalidade: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

No contexto analisado nesta pesquisa é possível mencionar que a maioria dos professores não possuem formação na área da Educação Inclusiva, conforme mostra no Quadro 2 (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8), ou seja, com perfil indicado como mostra na legislação.

Quadro 2: Questionário e relatos, abordando sobre formação

PERGUNTAS E RESPOSTAS			
Você possui formação em ensino superior, em qual(is) curso (s)?	Você possui formação em Especialização em curso de pós-graduação?	Em sua formação Inicial, obteve experiências com alunos público-alvo da Educação Especial?	Você busca formação continuada voltada a Educação Especial de forma autônoma?
P1. Sim, pedagogia	P1. Capacitação e pós-graduação em AEE.	P1. Muito pouco	P1. Acredito que precisamos estar preparados para receber esses alunos
P2. Sim, licenciatura em língua inglesa e portuguesa;	P2. Não	P2. Sim de maneira superficial;	P2. Não
P3. Sim, licenciatura em matemática e pedagogia;	P3. Gestão Escolar	P3. Não	P3. Não
P4. Sim, letras	P4. Não	P4. Não	P4. Sim, aperfeiçoamento e aprendizagem
P5. Sim, matemática e biologia;	P5. Gestão ambiental	P5. Não	P5. Sim
P6. Sim, estudos sociais e plena em geografia	P6. Metodologia do ensino e pesquisa educação ambiental e sanitária	P6. Na faculdade tivemos uma cadeira;	P6. Não
P7. Sim, pedagogia	P7. Sim interdisciplinaridade	P7. Não	P7. Não
P8. Sim, pedagogia	P8. Gestão escolar e educação infantil	P8. No estágio	P8. Não tive oportunidade

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Sabe-se que a instituição pública, tem em seu quadro de servidores docentes profissionais especializados em sua área de formação e que poucos tem a formação continuada e que suas condições físicas estruturais também não atendam o que de fato a legislação impõe. Os autores Sousa & Prieto (2007, p. 134) caracterizam bem essa realidade quando afirmam que:

Como os professores das classes comuns podem desenvolver um trabalho que atenda as especificidades dos alunos e particularmente daqueles que apresentam alguma necessidade educacional especial sem qualquer ação direcionada a sua formação e sem dispor de condições de trabalho que permitam a organização de atividades diferenciadas no interior de suas salas de aula, sendo, muitas vezes, até mesmo inviável a mobilização das carteiras por falta de espaço físico decorrente do elevado número de alunos na sala?

Essas declarações nos deixa um legado reflexivo se realmente as escolas encontram-se

preparadas?! De fato, o que se ouve nas declarações de professores, com base na pesquisa “que a experiência com alunos público-alvo da Educação Especial se deu em sala de aula”; a maioria “não obteve experiência em formação Inicial”, conforme mostra o Quadro 2.

Também com base nas respostas dos colaboradores é possível perceber que os profissionais têm uma longa trajetória de magistério, em que foram adquirindo experiências ao longo de seu percurso profissional, buscando métodos e estratégias para atender o que a Educação Inclusiva exige. Compreende-se que na maioria das escolas há realidades distintas, em que algumas instituições há falta de investimento, estruturas físicas comprometidas, a desvalorização do professor, acarretando a desmotivação deles, o que conseqüentemente acaba por dar reflexos na qualidade do ensino e aprendizagem. Entretanto, a forma como vão sendo impostas as políticas de inclusão e associadas a alegação dos professores sobre a falta de formação para a efetivação da inclusão, tem tornado o processo insatisfatório ou insuficiente, no que diz respeito aos processos de ensino aprendizagem, conforme mostra o Quadro 1.

No entanto, não há como se ter exigências sem dar suporte, não se ressalta somente condições estruturais, como salas equipadas, recursos de altas tecnologias, que deveriam ser básicos em uma escola. Lidar com tal situação vai muito além, exige formação, aperfeiçoamento das pedagogias, aprimoramento das políticas voltadas à educação para família, para sociedade e principalmente para as escolas.

Mas diante dos tais fatos, também se deixa uma outra percepção (reflexão) de que a Educação Inclusiva, embora recente, mas que percorre a quase trinta anos, na qual configura-se tempo suficiente para os aprimoramentos e aperfeiçoamentos para políticas de educação nesse sentido. No entanto não se deve apenas declarar as adversidades e as dificuldades que a escola enfrenta, mas é necessário também, declarar a inércia da busca pela formação acerca dessa modalidade de educação. O professor tem em sua essência a pesquisa, e jamais deve deixar esse modelo de profissional pesquisador, pois o que move a educação são a originalidade, a inovação, a revolução, a curiosidade e a busca. Esse configura o papel da escola, principalmente do professor em meio a sociedade, até porque a sociedade muda constantemente e a escola tem que caminhar junto as novas realidades e fases que se apresentam. O professor tem de quebra a sua própria barreira e parte como ponto crucial por meio das reflexões e do qual é o seu papel nesse contexto.

6 As dinâmicas e as relações na escola frente aos desafios da inclusão

A escola, como um campo permeado pelos mais diversos tipos de personalidade, cultura e constituição de sujeitos, tem como função estar aberta a diversidade. Entender esse conceito de diversidade no âmbito escolar, é entender a possibilidade de trabalhar com as diferenças. Diferenças essas que caracterizam um modo único de ser e principalmente de aprender. Para isso, o professor tem de ser imparcial nas questões que tratam dos processos de ensino e aprendizagem. Ter o olhar aguçado para identificar as melhores formas em todo processo educacional, para que de fato esse aluno atinja seus resultados e méritos no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem.

Toda visão analítica do professor, por meio de sua competência profissional, tem em

sua essência a reflexão. A ação reflexiva é que vai mostrar os caminhos pelos quais o professor pretende ou deve seguir. Segundo Perrenoud (2002, p. 30):

Não há ação complexa sem reflexão durante o processo; a prática reflexiva pode ser entendida, no sentido mais comum da palavra, como a reflexão acerca da situação, dos objetivos, dos meios, do lugar, das operações envolvidas, dos resultados provisórios, da evolução previsível do sistema de ação. Refletir durante a ação consiste em se perguntar o que está acontecendo ou o que vai acontecer, o que podemos fazer, o que devemos fazer, qual é a melhor tática, que desvios e precauções temos de tomar, que risco corremos, etc.

De acordo com Perrenoud (2002), é nesse contexto que o professor vai moldando sua prática ao longo de sua trajetória docente, a forma como pretende ser e se relacionar perante os desafios que enfrenta na realidade escolar. A escola de ensino regular, principalmente a escola pública é um direito de todos, que buscam estudar e se qualificar para a vida, para o mercado de trabalho, enfim na busca de conhecimentos. Para tanto, pessoas com deficiências estão tendo seus espaços nesse sentido, um público que veio para quebrar padrões de preconceitos estabelecidos culturalmente na sociedade. A escola como um campo que congrega as diferenças, em todos os sentidos, deve ser a base para que essas barreiras sejam definitivamente abolidas, não podendo ser diferente.

Dessa forma, a escola deve estar preparada para concretizar aquilo, que se propõe em suas funções, que são inúmeros, como a construção do respeito, da compreensão, do entendimento acerca de todo um processo que envolva a todos, alunos, professores, funcionários. Nesse sentido, cabe-se dizer que esta escola deva ser uma escola democrática que consiste em dar o direito à liberdade de ser, de como o aluno é, seu modo de ser, e de aprender. De acordo com Luck (2008, p. 58): “a educação democrática é aquela que oferece a todos que fazem parte da organização escolar a oportunidade de participação como condição não apenas de construir a realidade social pedagógica, mas também de criar seu próprio conhecimento [...]”.

Sabe-se que a realidade escolar, dia a dia, tem sido um desafio constante em que o professor tem de se reinventar para propor aquilo que de fato a escola deve oferecer. De acordo com a pesquisa e da análise das relações, há distanciamento acerca das relações, interpessoais entre (professor x aluno) e entre (professor x professor), conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3. Questionário e relatos sobre relação e prática em sala de aula.

PERGUNTAS E RESPOSTAS			
De que forma estabelece as relações entre a equipe escolar (coordenador, professor do AEE) perante as atividades para alunos-público da Educação Especial?	O planejamento e a proposição de materiais são em conjunto com o professor do AEE? Quais os espaços tempo utilizam para o planejamento das atividades?	Como é a relação entre professor e aluno público-alvo da Educação Especial?	Você considera avanços na aprendizagem dos alunos, público-alvo da Educação Especial?

P1. Muito boa;	P1. Eu mesma fazia o planejamento sem auxílio	P1. Depende muito da situação	P1. Às vezes
P2. Não respondeu	P2. Não, espaço tempo em casa	P2. Boa, desenvolve as atividades propostas;	P2. Muito pouco, o tempo de aula não é suficiente.
P3. Recebemos orientação de como devemos trabalhar	P3. O planejamento é do professor	P3. Depende muito como é o comportamento do aluno, nem sempre conseguimos	P3. NÃO, porque eles precisam de uma atenção especial
P4. Solicitação de ajuda	P4. Pouco tempo e rara vezes	P4. Sinto dificuldades	P4. Sim, ficam felizes quando confere as atividades
P5. São boas	P5. Sempre que possível	P5. Relação carinho, amizade, compreensão	P5. Não, mas sim de relacionamento social;
P6. De forma ativa	P6. Não somente pedimos orientação sobre o tipo de atividade a ser trabalhado	P6 Relação de proximidade	P6. Percebe-se avanço de acordo com a dificuldade
P7. Reunião com a coordenação pedagógica	P7. Não	P7. Relação satisfatória, com respeito, amor e dedicação	P7. O avanço é significativo e satisfatório
P8. A equipe deve trabalhar junto	P8. Ainda não trabalhei	P8. Nem sempre é fácil, tem dias bons e ruins, sem deixar as responsabilidades	P8. É preciso muita dedicação para que eles consigam avanço.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com as evidências dos relatos pode-se destacar o (professor P3): “depende muito como é o comportamento do aluno, nem sempre conseguimos”; relato do (professor P4) “Sinto dificuldades”. O que se deixa um ponto interrogativo, como eles definem de fato suas relações estabelecidas no contexto em sala de aula evidenciando que a relação escolar como um todo tem sido de forma superficial, não ficando bem definidas as relações estabelecidas. Para tanto, as legislações acerca da educação geral como um todo e em especial a Educação Inclusiva veio para dar entendimento e um direcionamento na forma de proceder frente a tais processos tanto pessoal (postura) como profissional (competência).

No entanto, a legislação não deve ser entendida como algo que apenas deve ser cumprido, e sim para dar suporte e base de compreensão e ação para as diferenças. Embora a legislação seja um meio pelos quais nos concedem garantias de direitos, perante a sociedade, toda e qualquer legislação deve ser entendida de maneira que atendam aos anseios do cidadão, independente do aspecto ou características do indivíduo. Ao se tratar com especificidades descritas e pontuadas direcionadas a determinado caso, deve-se ter em mente que toda e qualquer legislação foi pensada para um bem comum que atenda a todos (PRIETO & SOUSA, 2007, p. 123).

Sabe-se que hoje a escola tem em sua organização o atendimento educacional especializado como um meio que veio para dar suporte a todos na escola, professor da classe comum e principalmente aos alunos público-alvo da Educação Especial. O professor responsável pelo atendimento educacional especializado tem de ser dinâmico nas relações, ser a base, sendo a ponte de ligação entre aluno que necessita de apoio especializado e diferenciado e um professor que ainda não obtém da experiência e os conhecimentos necessários para **a prática** eficiente para o aluno público-alvo da Educação Especial.

A partir dos relatos do colaboradores, conforme indica no Quadro 3, sobre o planejamento entre professor da classe comum, juntamente com professor do AEE, para tanto declaram que o planejamento é feito “pelo professor da classe comum” (P1, P2, P3, P4, P7), em que declaram professor P1: “Eu mesma fazia sem auxílio o planejamento”, professor P2 “Não, espaço tempo em casa”, P3 “O planejamento é do professor”, P4: “Pouco tempo e rara as vezes” P7: “NÃO”, ou seja, não são feitas em conjunto.

As relações entre eles não são muito claras acerca do processo de ensino e aprendizagem, constando uma segregação nas relações, cada um no seu quadrado, na busca do que é melhor para atender aos anseios desses alunos, o que conseqüentemente muitas vezes torna-se insuficiente o trabalho como um todo, em que o professor da classe comum tem de ir em busca de outros recursos para suprir a necessidade.” Luck (2008) fala da importância da interação entre as partes, todo e qualquer trabalho deve ser feito em conjunto. Luck (2008, p. 61) afirma que:

A partir dessa dinâmica interativa compreende-se que, mediante uma atuação participativa em seu contexto, a pessoa, ao mesmo tempo, contribui tanto para a construção desse contexto como para seu próprio desenvolvimento pessoal, como ser humano e cidadão. Com essa perspectiva, supera-se a concepção de trabalho mecânico, fechado em si mesmo, de trabalho aproveitado pelos outros e sem proveito próprio, criando-se uma perspectiva de realização e construção significativas, ao mesmo tempo social e individual. (...) emerge o reconhecimento no sentido de que o indivíduo e o grupo se realizam e se constroem reciprocamente, pois, à medida que um alcança, por sua dinâmica de ação, estágios mais elevados de desenvolvimento, constrói condições para que também o outro alcance.

A escola como um todo deve seguir, sendo um elo para estabelecer as condições necessárias a todos que buscam por uma educação equitativa e eficiente. Não há como coordenar de forma individualista, sendo que ela não se caracteriza por ser uma escola apenas para uns e sim uma escola para todos, é com as diferenças, com as opiniões de todos, com as considerações de todos, unidos, que vão sendo construídos os processos tanto de relação, como os de ensino aprendizagem.

Outro fator que chama a atenção nas relações estabelecidas no contexto escolar, são declarações de que a relação entre professor (classe comum) entre o aluno especial são de afeto, conforme indica no Quadro 3 professor P5 “relação de carinho, amizade, de respeito”; professor P7 “relação satisfatória com respeito”; porém apresentam dificuldades no processo de ensino aprendizagem, em que a maioria dos professores declara (P1, P2, P3, P5, P8), o que consideram de uma forma geral, dificuldades no campo da relação mais técnica e sistemática do aprender e do ensinar.

Nesse caso, é preciso que o professor tenha uma postura reflexiva, ou seja, que realize uma análise e busque identificar o que se apresenta, no contexto de ensino e da aprendizagem,

o que leva a não participação dos alunos em sala de aula, o educador tem de aplicar esse papel reflexivo, encontrar as fissuras que estão impedindo a eficiência do trabalho como um todo. Perrenoud (2002, p. 109) propõe a importância da análise das práticas: “Esse saber-analisar pode ser nutrido por meio de uma iniciação à pesquisa, mas resulta sobretudo, de um treinamento em análise de situações educativas complexas”. Nesse sentido percebe-se que o ponto de análise do professor que irá orientar, direcionando e identificando as dificuldades apresentadas, ajustando aquilo que estava de negativo, no que diz respeito aos processos de ensino e aprendizagem.

O fato de toda e qualquer relação seja ela profissional, ou na vida pessoal depende de toda e qualquer situação que se apresenta. A relação em si, de forma geral, depende muito um do outro, da forma como estabelecemos, ou como queremos estabelecer, ela é subjetiva da personalidade de cada pessoa, não há regra única, depende de todo um contexto o qual se está inserido.

7 Considerações finais

Diante do que foi constatado nesta pesquisa, podemos perceber, que há uma lacuna nas questões que tratam dos processos de inclusão. Talvez a concepção e a prática de Educação Inclusiva não estão bem definidas ou entendidas para esses colaboradores, entende-se que há uma preocupação pertinente deles em relação aos processos de ensino e aprendizagem, mas também uma displicência em torno da busca por conhecimentos acerca da educação para alunos - público da Educação Especial, o que evidenciou nos relatos dos colaboradores.

O que se pode ver e constatar é que os alunos público-alvo da Educação Especial, são vistos de uma forma externa no contexto educacional, pode-se ver nos relatos que não se consegue dar a “atenção devida para os mesmos”, desta forma, compreendemos que a realidade de uma sala de aula é enigmática e indecifrável. Assumir uma turma com quase trinta alunos, com os mais diferentes aspectos de aprendizagem, o professor tem de ser audacioso e ao mesmo tempo ter austeridade no domínio de suas práticas, o que não deve ser nada fácil.

De fato, a modalidade ofertada na instituição corresponde aos direitos garantidos, há o apoio necessário, mas será que as atitudes e os hábitos estabelecidos estão correspondendo ao que se espera de uma Educação Inclusiva? A busca para aperfeiçoar e aprimorar os processos de aprendizagem, esses são os legados pertinentes que nos fazem refletir e pensar, se essa forma de prática, como vem sendo implementada ainda é a melhor solução para os alunos público da Educação Especial. Para tanto, a Educação Especial é uma modalidade, que está cada vez mais presente nas instituições escolares, sendo uma realidade na qual se deve preparar permanentemente, pois a escola é um campo que constantemente se modifica e o professor deve caminhar junto com as novas realidades. Desta forma, declaro que a Educação Inclusiva vai muito além do acesso, da oportunidade, da garantia de direito legislativos, a Educação Inclusiva deve ser vista e entendida de uma forma empática, solidária e ao mesmo tempo uma ação consistente que leve uma maneira de proceder frente a esses processos, só assim a Educação Inclusiva poderá ser de fato concretizada.

Referências

- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, Janeiro, 2008. Disponível em: <https://arquivos/pdf/politicaeduespecial.pdf>. Acesso em: 25/01/2021.
- BRASIL. Lei nº 13.146, 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil-03/-ato2015/2018/lei/l13.146.htm>. Acesso em: 20/01/2021.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 20/02/2022.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 02 de 11 de setembro de 2001**. Disponível em: Portal.mec.gov.br Acesso em 23/01/2021.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Disponível em: Portal.mec.gov.br. Acesso em 25/01/2021.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto D3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: [Http://planalto.gov.br/ccivil.03decreto](http://planalto.gov.br/ccivil.03decreto). Acesso em: 23/01/2021.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9394/1996.
- BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Federal,1988.
- BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://planalto.gov.br> Acesso em 01/02/2021.
- CLEMENTE JR, S. dos S. Estudo de Caso x Casos para Estudo: esclarecimentos acerca de suas características. **Anais...**, Caxias do Sul – RS, 2012.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2ª ed. Liber, livro editora, 2005.
- GORGUEIRA, B., E. B.; ALMEIDA, L. R. de; CRISTOV, L. H. da S. (Org). O coordenador pedagógico e a formação docente. In: PLACCO, V. M. N. de S. & SILVA, S. H. S. **A formação do professor: reflexões desafios, perspectivas**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Sexta ed. São Paulo, Ed: Heccus, 2015.
- MOSQUERA, J. J. M. (Org.) Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva. CARDOSO, M. da S. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão- uma longa caminhada**. 3 ed. Porto Alegre, RS. Ed: EDIPUCRS, 2006.
- LUCK, H. **A Gestão participativa na escola**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. 10 ed.

São Paulo Hucitec, 2007.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor:** profissionalização e razão pedagógica. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SOUSA, S. K. L. & PRIETO, R. A Educação Especial. In OLIVEIRA, R. P.; A. T, (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** 2ªed. São Paulo: Xamã, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.